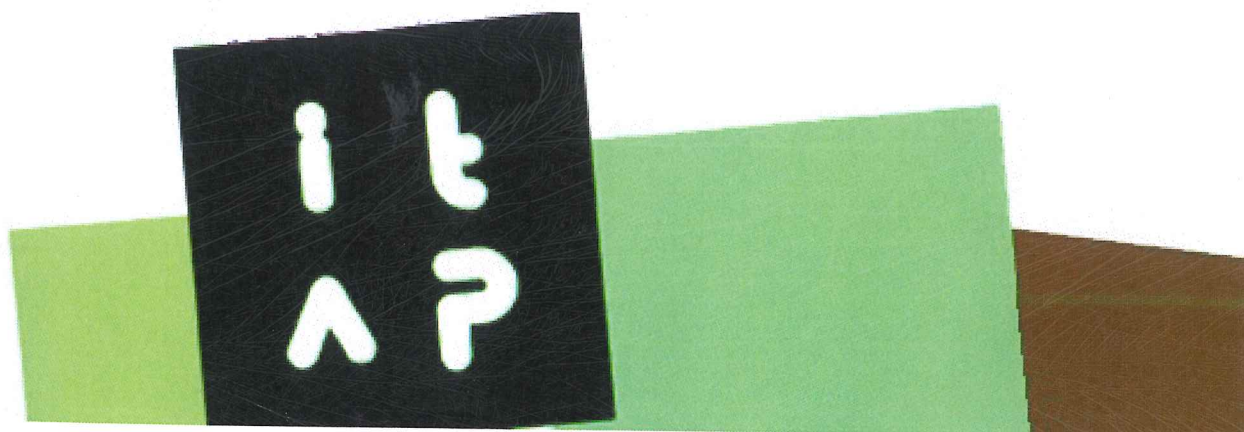




etu
que futuro queres?

PRODESO
ENSINO
PROFISSIONAL,
E.M., LDA

RELATÓRIO E CONTAS 2014



Prodeso – Ensino Profissional, E.M.,Lda | 2014

Índice

Handwritten signature and initials in blue ink.

Cursos de Ensino Profissional, Educação e Formação de Jovens, Vocacionais Básicos e Secundários	3
Modelo de Financiamento	6
Perspetivas Futuras.....	7
Situação Económica e Financeira	8
Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social	9
Aplicação de Resultados	10
Balanço	11
Demonstração de Resultados por Natureza	12
Demonstração de Resultados por Funções.....	13
Demonstração de Fluxos de Caixa	14
Mapa de Variações no Capital Próprio	15
Anexo Divulgações.....	16

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2014



Para cumprimento das disposições legais e dos estatutos da Sociedade, vimos submeter à Assembleia-Geral o Relatório de Gestão e as Contas respeitantes à atividade desenvolvida no exercício de 2014.

Cursos de Ensino Profissional, Educação e Formação de Jovens, Vocacionais Básicos e Secundários

A missão do Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra – ITAP é prestar um serviço de educação de elevada qualidade, contribuindo para a formação e qualificação de jovens capazes de atuar como agentes de mudança, conscientes dos seus deveres e direitos, numa escola caracterizada pelo seu humanismo e pelos elevados padrões de exigência, rigor e responsabilidade, atenta à diversidade e especificidade de cada aluno.

O ITAP pretende ser uma escola de referência pelo sucesso escolar e profissional dos seus alunos, pela satisfação das famílias e pelas relações externas que estabelece através da celebração de parcerias estratégicas com diversas entidades do tecido económico, social e cultural local.

Norteados pela missão e valores do ITAP, a Gerência tem procurado implementar uma melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados de educação e formação:

Dispondo de um corpo docente devidamente habilitado e qualificado;

Alargando as parcerias com entidades locais;

Promovendo a participação ativa das famílias no processo educativo e formativo;

Melhorando os recursos disponíveis;

Promovendo o combate ao abandono e insucesso escolar;

Orientando e acompanhando os alunos nas escolhas dos seus percursos quer seja no prosseguimento de estudos de nível superior quer no ingresso no mercado de trabalho;

Reforçando as estratégias de apoio e acompanhamento dos alunos, ao longo do percurso formativo.

O ITAP, em 2014, ministrou formação a 186 alunos, distribuídos por 10 turmas (6 de ensino profissional, 1 de educação e formação de jovens, 2 de ensino vocacional básico e 1 de ensino vocacional secundário), nos seguintes cursos:

Cursos Profissionais (Nível IV) – 12º ano

Animador
Sociocultural

Técnico de
Multimédia

Técnico de
Comércio

Técnico de
Comunicação
Mark. Rel. Púb.
Publicidade

Cursos de Educação e Formação de Jovens (Nível II) – 9º ano

Instalação e
Reparação de
Computadores
II

Cursos Vocacionais Básicos (Nível II) – 9º ano

Desporto e
Computadores

Desporto
Turismo e
Lazer

Cursos Vocacionais Secundário (Nível IV) – 12º ano

Técnico
de
vendas

O número total de alunos, nos últimos quatro anos letivos, evoluiu da seguinte forma:

Cursos Nível II e IV	10/11	11/12	12/13	13/14
Números de Alunos	272	280	204	186

Por níveis de formação, a evolução do número de alunos foi a seguinte:

Número de Alunos	10/11	11/12	12/13	13/14
Cursos Profissionais	202	185	178	104
Cursos de Educação e Formação	70	95	26	15
Cursos Vocacional Básico	0	0	0	48
Curso Vocacional Secundário	0	0	0	19

Modelo de Financiamento

Os cursos profissionais e cursos de educação e formação são financiados pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e pelo Estado Português, através do Orçamento da Segurança Social, na proporção de 85% e 15%, respetivamente.

Até setembro de 2010, o financiamento destes cursos assentava num sistema de custos reais em que as entidades viam ressarcidas as despesas efetivamente realizadas, dentro de parâmetros de razoabilidade e de elegibilidade, definidas pelos regulamentos específicos de cada tipologia de intervenção (Despacho n.º 18224/2008 – cursos profissionais e Despacho 18228/2008 – cursos de educação e formação de jovens).

A partir de setembro de 2010, com a entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 4/2010 de 15 de outubro, o modelo de financiamento foi alterado. Foram introduzidas novas modalidades de cálculo dos custos reais, através da aplicação de taxas forfetárias para custos indiretos, de escalas normalizadas de custos unitários e de montantes fixos. Uma das características deste novo modelo de financiamento é a atribuição de um determinado valor por turma, com redução do montante aprovado em função dos níveis de abandono/desistência de alunos. Às turmas de cursos profissionais, abaixo de 18 alunos, era aplicada uma redução de 4,35%, no financiamento anual da turma, por cada aluno desistente. Nos cursos de educação e formação de jovens a redução era de 5% por aluno, nas turmas abaixo do limite de 15 alunos, situação que se mantém inalterada até à data.

Em setembro de 2012 (ano letivo 2012/13) foram introduzidas novas alterações ao modelo de financiamento dos cursos profissionais (Despacho n.º 11498/ 2012 de 24 de agosto), sendo o valor anual aprovado reduzido sempre que o número de alunos por turma seja inferior a 22 alunos, na percentagem de 3,33% por aluno.

Em setembro de 2013 (ano letivo 2013/2014) volta a haver nova alteração ao modelo de financiamento nos cursos profissionais. O valor anual por turma é reduzido em 5%, mantendo-se o corte de 3,33%, por cada aluno abaixo dos 22 alunos por turma.

A evolução do modelo de financiamento, com as alterações introduzidas a partir de 2011, nomeadamente no que diz respeito à redução do valor anual aprovado por turma, em função dos níveis de abandono e absentismo escolar, tem vindo a criar algumas preocupações e constrangimentos ao nível da gestão financeira, uma vez que as disponibilidades financeiras, para fazer face aos compromissos assumidos são atualmente mais limitadas.

Os cursos vocacionais (básico e secundário) são financiados pelo orçamento do Ministério da Educação na sua totalidade, tendo por base um valor unitário por turma.

Não obstante o trabalho desenvolvido pela equipa pedagógica, no sentido de motivar e promover o sucesso dos alunos, nos últimos anos tem-se constatado que os níveis de abandono e desistência têm aumentado por diversos motivos, entre eles a conjuntura económica e social, com reflexos nas famílias.

A gerência, para fazer face aos constrangimentos da redução dos valores aprovados por turma, tem desenvolvido esforços junto de fornecedores e formadores de forma a reduzir os custos fixos e assim adequar os mesmos ao modelo de financiamento visando, desta forma, o equilíbrio financeiro da empresa.

Perspetivas Futuras

Face à entrada do Novo Quadro Comunitário de Apoio (2014-2020) e às medidas a serem criadas no âmbito do Programa Operacional Capital Humano, a PRODESO irá definir uma estratégia de forma a, por um lado reforçar o projeto educativo e formativo da escola profissional ITAP – Instituto Técnico Artístico e Profissional, através da diversificação da sua oferta educativa e formativa dirigida aos jovens e, por outro, promover o alargamento e a criação de novas parcerias estratégicas na área da formação, com empresas e entidades locais.

A Gerência dará assim continuidade à missão e valores do ITAP, prestando à comunidade um serviço educativo e formativo pautado pelo rigor e responsabilidade, que promova o sucesso pessoal, escolar e profissional dos jovens, em parceria com diversas entidades, reforçando o papel estratégico destas no processo de ensino e aprendizagem dos nossos alunos, quer através do acolhimento de alunos em estágio curricular quer nas mais diversas atividades de interesse mútuo.

A estratégia futura passará também por apresentar candidaturas a todos os eixos prioritários de intervenção que se enquadrem no objeto social da empresa PRODESO, promovendo junto das entidades do tecido económico, social e cultural parcerias visando a satisfação das necessidades de formação contínua dessas entidades.

A Gerência dará assim continuidade a uma política de gestão pautada pelo rigor e eficácia, aperfeiçoando os procedimentos e metodologias de forma a combater as fragilidades do financiamento e a manter o equilíbrio das contas e sustentabilidade financeira da PRODESO.

Situação Económica e Financeira

Em resultado da gestão rigorosa da Gerência, fecha-se o ano de 2014 com um resultado líquido de 1149,82 Euros.

Euros

Anos	2011	2012	2013	2014
Resultados líquidos	11.540	3.219	850	1.149,82

A evolução do valor dos capitais próprios, nos últimos quatro anos, é a seguinte:

Euros

Anos	2011	2012	2013	2014
Capitais Próprios	245.886	237.439	229.811	228.921

Em 31/12/2014 não existiam empréstimos bancários de curto, médio e longo prazo.

A evolução do saldo médio da conta corrente caucionada, nos últimos quatro anos, é a seguinte:

Euros

Anos	2011	2012	2013	2014
Conta Cautiionada	68.000	22.500	0	0



Handwritten signature and date: 2/11/14

O financiamento obtido através de diversos programas, desenvolveu-se, nos últimos quatro anos, da seguinte forma:

	Euros			
Programas	2011	2012	2013	2014
POPH	1.224.707	1.029.585	926.660	580.670,18
DGEST	0	0	0	150.000
	0	0	0	0
Totais	1.224.707	1.029.585	926.660	730.670,18

Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A Prodeso não é devedora de quaisquer importâncias às Finanças, à Segurança Social ou à Caixa Geral de Aposentações.



Aplicação de Resultados

Em conformidade com o estabelecido na alínea f) do art. 66º do Código das Sociedades Comerciais, e de acordo com os elementos contabilísticos que acompanham o presente relatório, a gerência propõe a seguinte aplicação para os resultados líquidos:

- Resultados Transitados 1149,82 Euros

Não houve factos relevantes após o termo do exercício.

Do presente relatório de gestão fazem parte as seguintes peças contabilísticas de apresentação de contas:

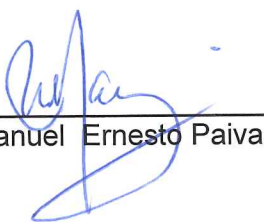
1. Balanço;
2. Demonstração de Resultados;
3. Demonstração de Fluxos de Caixa;
4. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.


Apresentam-se ainda os seguintes documentos:

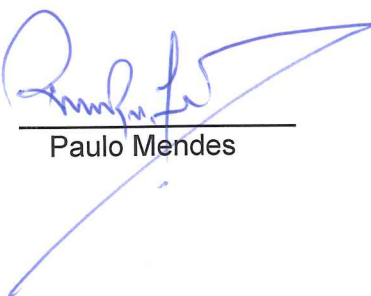
1. Certificação Legal das Contas;
2. Relatório de Fiscalização da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Coimbra, 17 de março de 2015

A Gerência


Manuel Ernesto Paiva


José Eduardo Linhares


Paulo Mendes

PRODESO – Ensino Profissional, E.M., Lda
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ACTIVO	Notas	Anos		Notas	Anos	
		2014	2013		2014	2013
Activos Não Correntes						
Imobilizado :						
Activos fixos tangíveis	3.2)	56 028,40	69 459,53			70 000,00
Activos fixos intangíveis	3.1)					200 000,00
						85 181,23
						-132 551,48
		56 028,40	69 459,53			7 181,30
Activos correntes						228 961,39
Cientes	3.4)	72 000,00	72 000,00			849,66
Estado e outros entes públicos	3.4)	374,79	1 397,01	6)		
Outras contas a receber	3.4)	181 317,42	888 023,87			228 921,35
Diferimentos	3.1)	51 809,37	49 142,21			
Caixa e depósitos bancários	4)	149 739,34	72 036,78			7 035,84
						14 427,59
						62 621,67
		455 240,92	1 082 599,87			198 262,87
						706 680,81
TOTAL DO ACTIVO		511 269,32	1 152 059			282 347,97
						922 248,40
						511 269,32
						1 152 059
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
Capital próprio						
Capital realizado						
Outros instrumentos de capital próprio						
Outras reservas						
Resultados transitados						
Outras variações do capital próprio						
Resultado líquido exercício						
Total do capital próprio				6)		
Passivo Corrente						
Fornecedores						
Estado e outros entes públicos						
Outras contas a pagar				3.4)		
Diferimentos				3.1)		
Empréstimos				7)		
Total do passivo						
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		511 269,32	1 152 059			282 347,97
						922 248,40
						511 269,32
						1 152 059

A Gerência



O Técnico Oficial de Contas



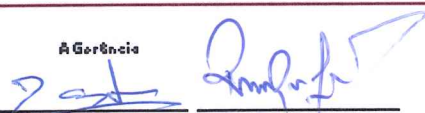
PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(euros)

Rubricas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	1040,00	1892,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		
Resultado bruto	1040,00	1892,00
Outros rendimentos	752 858,76	935 967,44
Gastos de distribuição		
Gastos de investigação e desenvolvimento		
Outros gastos	-751 435,85	-929 938,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento impostos)	2 462,91	7 921,24
Gastos de financiamento	-513,09	-6 552,08
Resultado antes de impostos	1949,82	1549,66
Imposto sobre o rendimento	-800,00	-700,00
Resultado líquido do período	1 149,82	849,66



A Gerência



O Técnico Oficial do Contar

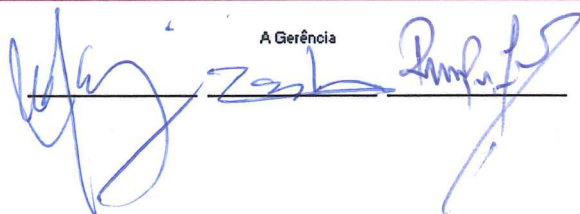


PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(euros)

Rubricas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	1 040,00	1 892,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		
Resultado bruto	1 040,00	1 892,00
Outros rendimentos	752 858,76	935 967,44
Gastos de distribuição		
Gastos de investigação e desenvolvimento		
Outros gastos	-750 385,85	-929 938,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento impostos)	3 512,91	7 921,24
Gastos de financiamento	-513,09	-6 552,08
Resultado antes de impostos	1 949,82	1 549,66
Imposto sobre o rendimento	-800,00	-700,00
Resultado líquido do período	1 149,82	849,66

A Gerência



O Técnico Oficial de Contas



PRODESO - Ensino Profissional, E.M. Lda

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa (método directo)

Rubricas	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1 040,00	2 072,50
Pagamentos a Fornecedores	-365 492,49	-524 596,16
Pagamento ao pessoal	-321 893,23	-396 322,91
Pagamento/recebimento imposto sobre o rendimento	-2 522,22	-2 389,86
Outros pagamentos recebimentos	767 083,59	527 528,01
Fluxo caixa gerada pelas atividades operacionais (1)	78 215,65	-393 708,42
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Outros ativos		
Fluxo caixa gerada pelas atividades de investimento (2)	0,00	0,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de		
Cobertura de prejuizos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		-6 196,67
Dividendos		
Reduções de capital		
Outras operações de financiamento	-513,09	-355,41
Fluxo caixa gerada pelas atividades de financiamento (3)	-513,09	-6 552,08
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	77 702,56	-400 260,50
Caixa e seus equivalentes no início do período	72 036,78	472 297,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período	149 739,34	72 036,78

Handwritten signature and initials in blue ink.

PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO em 31/12/2013

(euros)

Rubricas	Capital Realizado	Outros Instrumentos de capital próprio	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início de 2013	70 000,00	200 000,00	85 181,23	-136 620,47	15 658,49	3 219,33	237 438,58
Alterações no período				3 219,33	-8 477,19	-3 219,33	-8 477,19
	70 000,00	200 000,00	85 181,23	-133 401,14	7 181,30	0,00	228 961,39
Resultado líquido do período						849,66	849,66
						849,66	849,66
Posição no fim de 2013	70 000,00	200 000,00	85 181,23	-133 401,14	7 181,30	849,66	229 811,05

PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO em 31/12/2014

(euros)

Rubricas	Capital Realizado	Outros Instrumentos de capital próprio	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início de 2014	70 000,00	200 000,00	85 181,23	-133 401,14	7 181,30	849,66	229 811,05
Alterações no período				849,66	-2 039,52	-849,66	-2 039,52
	70 000,00	200 000,00	85 181,23	-132 551,48	5 141,78	0,00	227 771,53
Resultado líquido do período						1 149,82	1 149,82
						1 149,82	1 149,82
Posição no fim do período de 2014	70 000,00	200 000,00	85 181,23	-132 551,48	5 141,78	1 149,82	228 921,35

Anexo

(montantes expressos em Euros)

1. Designação da entidade:

A Prodeso – Ensino Profissional, E.M. Lda, é uma instituição de ensino profissional, financiada através do Programa Operacional do Potencial Humano.

A entidade encontra-se sediada na rua da Casa Branca, em Coimbra.

Os sócios são a Câmara Municipal de Coimbra, que detém 69% do capital, e a ACIC – Associação Comercial e Industrial de Coimbra que detém 31% do capital.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2014 as demonstrações financeiras da entidade foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

A adopção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 “Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro”.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e

gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram:

3.1. Ativo intangível

Os ativos intangíveis estão totalmente amortizados.

3.2. Ativo tangível

Encontram-se escriturados ao valor de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes a partir do ano em que os bens entram em funcionamento (uso), por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração dos resultados, sendo imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada para o activo, conforme quadro que se segue:

Instalações	5%
Equipamento administrativo	12.5%
Equipamento básico	12.5% -33%
Ferramentas e utensílios	20%

3.3. Inventários

A empresa não possui quaisquer bens de inventário.

3.4. Dívidas comerciais a receber

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são escrituradas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido (Notas 8 e 10).

3.5. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários à ordem.

3.6. Empréstimos

Em 31/12/2014 não existiam empréstimos bancários, quando existentes encontram-se escriturados no passivo pelo método do custo.

3.7. Dívidas comerciais a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros, que não vencem juros, são escrituradas pelo seu valor nominal.

3.8. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com os empréstimos obtidos são reconhecidos de acordo com o método do juro efectivo.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente, existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

3.10. Regime contabilístico do acréscimo e rédito

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e os rendimentos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes" registam-se os rendimentos e os gastos imputáveis ao exercício corrente e cujas receitas e despesas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as receitas e as despesas já ocorridas respeitantes a exercícios futuros, a imputar aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

Os réditos decorrentes de vendas e de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado. Os réditos são reconhecidos líquidos de impostos e descontos.

3.11. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

A escola reconhece estes subsídios quando tem na sua posse informações que permitam concluir, por um lado, que as despesas elegíveis reúnem os requisitos para cumprir as condições a eles associados e, por outro, os fluxos de caixa deles decorrentes fluirão efetivamente.

Após a verificação das circunstâncias acima descritas, a empresa adota uma das seguintes metodologias na escrituração destes subsídios:

- Os destinados à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam;
- Os atribuídos a fundo perdido para financiamento da aquisição de activos tangíveis são escriturados, nos capitais próprios, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos activos tangíveis subsidiados.

4) FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2014 as quantias apresentadas em Caixa e Depósitos Bancários à data de Balanço, encontram-se totalmente disponíveis para uso.

(euros)

Rubrica	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2012
Caixa	1 135	1 000	1 156
Depósitos Bancários	148 604	71 037	471 142
	149 739	72 037	6 648

5) ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS / ESTIMATIVAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os períodos findos 2014 e de 2013 não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas, não tendo sido detectados erros materialmente relevantes.

6) ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Movimentos ocorridos no período:

Activo Bruto

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Abates	Tranf	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas :	0					0
* Programas de computador	198 208,15	0				198 208
	198 208	0	0	0	0	198 208
Imobilizações Corpóreas :	0	0				0
* Terrenos e recursos naturais	14 964	0				14 964
* Edifícios e outras construções	149 025	0		0	0	149 025
* Equipamento básico	223 072	2 850		0	0	225 922
* Equipamento administrativo	67 128					67 128
* Outras imobilizações corpóreas						
	454 189	2 850,19	0	0	0	457 039

Depreciações e Amortizações acumuladas

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Abate	Tranf	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas :					0
* Programas de computador	198 208	0			198 208
	198 208	0	0,00		198 208
Imobilizações Corpóreas :					
* Edifícios e outras construções	103 360,85	7 078,00			110 439
* Equipamento básico	222 406,90	221,80			222 629
* Equipamento administrativo	58 923,68	6 131,38			65 055
* Outras imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00		0,00
	384 691	13 431			398 123

7) EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A Prodeso-Ensino Profissional E.M. Lda, possui uma conta corrente caucionada, contratada na CGD até ao valor de 350.000 euros. Não existiu utilização da conta até Dezembro de 2014. Em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica de empréstimos bancários não registava nenhum valor.

8) ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas para emissão pela Gerência no dia 28 de Fevereiro de 2015

Até á data referida no ponto anterior, não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

9) OUTRAS CONTAS A PAGAR OU RECEBER E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 a decomposição da rubrica "Outras Contas a Pagar ou a Receber" é a seguinte:

Descrição	(euros)	
	Devedor	Credor
Formadores externos		0
Alunos Subsídios a receber		5 832
Outros	0	0
POHP	181 317	198 263
TOTAIS	181 317	204 094

Em 31 de Dezembro de 2014 e decomposição da rubrica diferimentos é a seguinte:

Descrição	Devedor	Credor
Encargos Férias e Subsídios de Férias		55 740
Seguros	1 181	
Outros Rendas	50 629	
Formadores externos		0
TOTAIS	51 809	55 740

10) OUTROS ACONTECIMENTOS RELEVANTES DE RELATO.

10.1 Processo Judicial em curso

Decorre na presente data um processo em que a "PRODESO, ENSINO PROFISSIONAL, EM, LD. ^ª" é Ré numa Ação Emergente do Contrato Individual de Trabalho, com Processo Comum, em que é Autora Isabel Cristina da Costa Gomes Santiago, que corre termos pela Comarca de Coimbra, Coimbra – Instância Central – 1ª Secção do Trabalho, sob o nº 885/14.3TTCBR, com o valor de € 12.692,13, acrescido de juros de mora, à taxa legal, desde a data da Citação até efetivo pagamento.

Prevê-se por parte do Presidente de Gerência da Prodeso-Ensino Profissional, EM. Lda, que o processo referido tenha um desfecho favorável para a empresa.

10.2 Aplicação da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto

Por força de aplicação da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, que determina, nomeadamente no artigo 62 alínea a) do nº1, que as vendas e prestações de serviço realizadas durante os últimos 3 anos quando não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais respetivo, seria obrigatoriamente objeto de dissolução, no prazo de seis meses.

A autarquia detém 69% logo teria que cumprir o aqui estabelecido.

Todavia, as alíneas b), c) e d) do nº1 do artigo supracitado, são cumpridas pela Prodeso.

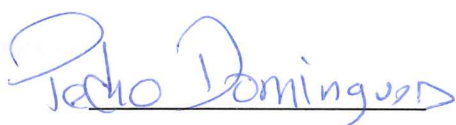
Face a esta situação foram tomadas medidas no sentido de demonstrar que a especificidade dos rendimentos auferidos pela Prodeso, são resultado de candidaturas financiadas pelo POPH e Orçamento de Estado, motivo pelo qual não obtém receitas próprias.

O governo reconhece que a implementação das reformas resultantes da aplicação da lei 50/2012, gerou algumas dúvidas interpretativas e, conseqüentemente, a necessidade de clarificação sob forma de Lei.

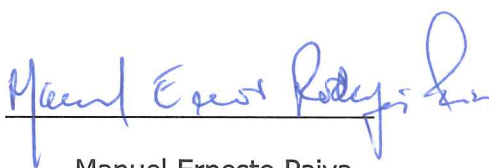
Assim, e para efeitos do art.º 62 do regime jurídico citado e atenta a natureza das empresas locais cuja atividade principal é o ensino/formação profissional e o seu singular quadro de receitas, exceciona-se, e apenas para estas situações, a exigência das vendas e prestações terem de cobrir 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios.

Coimbra, 17 de março de 2015

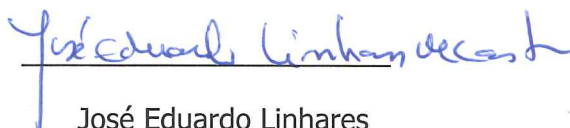
O Técnico Oficial de Contas



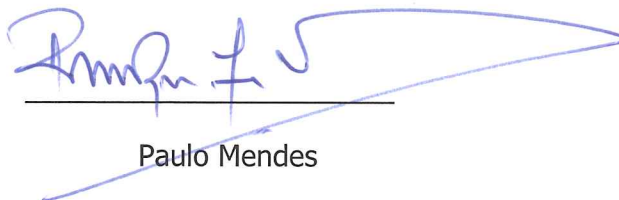
A Gerência



Manuel Ernesto Paiva



José Eduardo Linhares



Paulo Mendes

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de PRODESO-Ensino Profissional, Lda, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, que evidencia um total de 511.269,32 euros e um total de capital próprio de 228.921,35 euros, incluindo um resultado líquido de 1.149,82 euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de PRODESO-Ensino Profissional, Ld^a, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Sintra, 18 de março de 2015



BOTELHO ROSEIRO & ASSOCIADO, SROC, LDA (n.º 97)
representada por: Luís Botelho Roseiro (n.º 843)

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Aos Sócios da PRODESO-Ensino Profissional, Ld^a

RELATÓRIO

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da PRODESO-Ensino Profissional, Ld^a, (“Sociedade”), relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade da Gerência.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido da Gerência e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2014 as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do período de 2014, preparado pela Gerência e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas.

PARECER

Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:

- i) o Relatório de Gestão;
- ii) as Demonstrações financeiras;
- iii) a Proposta de aplicação de resultados apresentada pela Gerência.

Sintra, 18 de março de 2015



ROC/FISCAL ÚNICO - Botelho Roseiro & Associado, SROC, LDA (nº 97)
representada por Luís Botelho Roseiro (nº 843)

RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

À Grência da PRODESO-Ensino Profissional, Ld^a,

Exm^os Senhores,

1. Procedemos à revisão legal das contas dessa Empresa relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva certificação legal das contas com data de 18 de março de 2015.
2. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:
 - 2.1. Reuniões com a Gerência e outros responsáveis e leitura das atas respetivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
 - 2.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo.
 - 2.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - 2.4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria.
 - 2.5. Realização de testes substantivos que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos.
 - 2.6. Solicitação da Declaração do Órgão de Gestão, tendo a mesma sido obtida.

3. Em consequência dos trabalhos desenvolvidos, chamamos atenção para as seguintes situações:

3.1. A divulgação das contas deverá ser melhorada no Anexo, nomeadamente:

- Incluir notas de detalhe da demonstração de resultados;
- Acrescentar notas de detalhe das rubricas de balanço mais relevantes e indexá-las para número específico e não para os princípios contabilísticos subjacentes;
- A nota 9 constante do anexo não está indexada no balanço.

Sintra, 18 de março de 2015



BOTELHO ROSEIRO & ASSOCIADO, SROC, LDA (nº 97)
representada por: Luís Botelho Roseiro (nº 843)